

STJ00100206

CLÁUDIO BRANDÃO
Coordenação

Teoria Jurídica do Crime

CLÁUDIO BRANDÃO

4ª Edição

Volume 1

Coleção Ciência Criminal Contemporânea

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2015

© 2014 by Editora Atlas S.A.

As três primeiras edições deste livro foram publicadas pela Editora Forense;
4. ed. 2015



Capa: Leonardo Hermano
Composição: Formato Serviços de Editoração Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Brandão, Cláudio
Teoria jurídica do crime / Cláudio Brandão. – 4. ed. –
São Paulo: Atlas, 2015. – (Coleção ciência criminal contemporânea;
v. 1 / Cláudio Brandão, coordenador)

Bibliografia.
ISBN 978-85-224-9439-2
ISBN 978-85-224-9440-8 (PDF)

1. Crimes 2. Direito penal 3. Direito penal – Brasil I. Título. II. Série.

14-10435
CDU-343.232

Índice para catálogo sistemático:

1. Crimes : Direito penal 343.232

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

SUMÁRIO

Prefácio à quarta edição, xv

Prefácio à primeira edição, xvii

Introdução, 1

I Conceito de Crime, 5

- 1.1 Conceito da Escola Positiva e conceito jurídico de crime, 5
- 1.2 Conceito material de crime, 7
 - 1.2.1 Conceito de bem jurídico. Antecedentes, 9
 - 1.2.2 Nascimento do conceito de bem jurídico, 10
 - 1.2.3 O bem jurídico no positivismo normativo de Binding, 13
 - 1.2.4 A construção do bem jurídico a partir do neokantismo, 14
- 1.3 Conceito formal de crime, 16
- 1.4 Classificações do crime, 19

II A Conduta Humana, 23

- 2.1 A conduta na teoria do crime, 23
- 2.2 Teorias do conceito de ação, 24
 - 2.2.1 Teoria causalista da ação, 24
 - 2.2.2 Teoria finalista da ação, 27
 - 2.2.3 Teoria social da ação, 30
 - 2.2.4 Teoria funcionalista da ação, 32
- 2.3 Considerações críticas sobre as teorias da ação, 33
- 2.4 Omissão, 35
- 2.5 Comissão por omissão (omissão imprópria), 37
- 2.6 Ausência de conduta, 38

III Nexo de Causalidade, 40

- 3.1 Conceito de nexo de causalidade, 40
- 3.2 Teorias sobre o nexo de causalidade, 42
 - 3.2.1 Teoria da Equivalência das Condições, 42

x TEORIA JURÍDICA DO CRIME • Brandão

3.2.2 Teoria da causalidade adequada, 43

3.3 Posição do direito brasileiro, 44

3.4 Causalidade e imputação objetiva, 47

3.5 Causalidade nos crimes culposos, 48

IV Tipicidade, 50

4.1 Conceito de tipicidade, 50

4.2 Antecedentes históricos do conceito de tipicidade, 51

4.3 Afirmação da tipicidade e sua posição no conceito de crime, 53

4.4 Função de garantia da tipicidade, 58

4.5 Análise do tipo penal, 59

4.5.1 Sujeito ativo, 60

4.5.2 Sujeito passivo, 62

4.5.3 Objeto material, 63

4.5.4 Elementos do tipo penal, 63

V Tipo Comissivo Doloso, 66

5.1 Conceito de dolo, 66

5.2 Teorias do dolo, 67

5.3 Normatização do dolo, 68

5.4 Elementos do dolo, 70

5.5 Preterdolo, 72

VI Tipo Comissivo Culposo, 74

6.1 Conceito e teorias da culpa, 74

6.2 Espécies de culpa, 77

6.3 Formas de cometimento do crime culposo, 78

6.4 Requisitos da culpa, 79

VII Antijuridicidade, 81

7.1 Conceito de antijuridicidade, 81

7.2 Relações entre tipicidade, antinormatividade e antijuridicidade, 82

7.3 A antijuridicidade na teoria geral do direito, 85

7.4 Antijuridicidade como essência do crime, 86

7.5 Antijuridicidade como elemento do crime, 88

7.6 Antijuridicidade formal e material, 92

7.7 Antijuridicidade objetiva e subjetiva, 94

VIII Exclusão de Antijuridicidade, 96

8.1 Fundamento da exclusão da antijuridicidade, 96

- 8.2 Estado de necessidade, 97
 - 8.2.1 Requisitos da situação de perigo, 99
 - 8.2.2 Requisitos da ação agressiva, 101
- 8.3 Legítima defesa, 103
 - 8.3.1 Repulsa a uma agressão injusta, atual ou iminente, 104
 - 8.3.2 Uso moderado dos meios necessários, 106
 - 8.3.3 Direito próprio ou de outrem, 107
 - 8.3.4 *Animus defendendi*, 107
 - 8.3.5 Legítima defesa *versus* legítima defesa putativa, 107
- 8.4 Estrito cumprimento do dever legal, 108
- 8.5 Exercício regular de um direito, 109
- 8.6 Problemática do consentimento do ofendido, 109
- 8.7 Excesso, 110

IX Culpabilidade, 112

- 9.1 Conceito de culpabilidade, 112
- 9.2 Culpabilidade como princípio do direito penal, 115
- 9.3 A culpabilidade como elemento do crime, 117
 - 9.3.1 O gérmen da culpabilidade: o Direito Penal Romano, 118
 - 9.3.2 Teoria psicológica da culpabilidade, 119
 - 9.3.3 Teoria psicológico-normativa da culpabilidade, 121
 - 9.3.4 Teoria normativa pura da culpabilidade, 122
 - 9.3.5 Teoria funcionalista da culpabilidade, 124
- 9.4 Posição do direito brasileiro, 125

X Potencial Consciência de Antijuridicidade, 126

- 10.1 Conceito de consciência de antijuridicidade, 126
- 10.2 Classificação da consciência da antijuridicidade, 128
 - 10.2.1 Consciência da antijuridicidade formal, 128
 - 10.2.2 Consciência de antijuridicidade material, 128
 - 10.2.2.1 Consciência de antijuridicidade como consciência ética, 129
 - 10.2.2.2 Consciência de antijuridicidade como agir comunicativo, 130
 - 10.2.2.3 Consciência de antijuridicidade como valoração paralela na esfera do profano, 131
- 10.3 Colocação da consciência da antijuridicidade na teoria do delito, 132
 - 10.3.1 Teoria estrita do dolo, 132
 - 10.3.2 Teoria limitada do dolo, 133

- 10.3.3 Teoria estrita da culpabilidade, 134
- 10.3.4 Teoria limitada da culpabilidade, 134

XI Imputabilidade, 136

- 11.1 Conceito de imputabilidade, 136
- 11.2 Análise do Direito Brasileiro, 137
- 11.3 Emoção e paixão, 142
- 11.4 Embriaguez, 143

XII Exigibilidade de Outra Conduta e sua Exclusão, 146

- 12.1 Conceito de exigibilidade de outra conduta, 146
- 12.2 Inexigibilidade de outra conduta, 147
 - 12.2.1 Obediência hierárquica, 149
 - 12.2.2 Coação moral irresistível, 150

XIII Erro, 151

- 13.1 Conceituação de erro, 151
- 13.2 Espécies de erro segundo a dogmática penal, 152
- 13.3 Erro de fato e erro de direito, 154

XIV Erro de Tipo e Erro de Proibição, 159

- 14.1 Erro e finalismo, 159
- 14.2 Conceito de erro de tipo, 159
- 14.3 Erro de tipo essencial e erro de tipo acidental, 160
- 14.4 Conceito de erro de proibição, 161
 - 14.4.1 Erro de proibição direto, 164
 - 14.4.2 Erro de proibição indireto *versus* discriminantes putativas fáticas, 165
 - 14.4.3 Erro mandamental, 166
- 14.5 Escusabilidade do erro de proibição, 167
- 14.6 Inescusabilidade do erro de proibição, 168

XV Crime Consumado e Crime Tentado, 170

- 15.1 Conceito e fundamento da tentativa, 170
- 15.2 Histórico da tentativa, 171
- 15.3 *Iter criminis*, 171
- 15.4 Requisitos da tentativa, 175
- 15.5 Punibilidade da tentativa, 176
- 15.6 Desistência voluntária e arrependimento eficaz, 177
- 15.7 Crime impossível, 178

XVI Concurso de Pessoas, 180

- 16.1 Conceito de concurso de pessoas, 180
- 16.2 Teorias sobre o concurso de pessoas, 181
- 16.3 Requisitos do concurso de pessoas, 182
- 16.4 Espécies do concurso de pessoas, 183
 - 16.4.1 Autoria, 183
 - 16.4.2 Participação, 185
- 16.5 Cooperação dolosamente distinta, 187
- 16.6 Formas especiais de autoria, 187
- 16.7 Comunicabilidade das circunstâncias, 188

Referências, 191